

# Ditos & Escritos

O CONTEXTO SOCIAL  
DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES  
DETECTADA NOS INSTITUTOS  
DE MEDICINA LEGAL



COMISSÃO PARA A IGUALDADE  
E PARA OS DIREITOS DAS MULHERES  
PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

**Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres**  
**Presidência do Conselho de Ministros**

**O CONTEXTO SOCIAL  
DA VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES  
DETECTADA NOS INSTITUTOS  
DE MEDICINA LEGAL**

Síntese dos Resultados obtidos  
nos Institutos de Medicina Legal  
de Coimbra e Porto  
2000

**Manuel Lisboa**  
**Zélia Barroso**  
**Joana Marteleira**

**Ditos & Escritos**  
**Nº 16**

**2003**  
**Portugal**

## COLEÇÃO DITOS & ESCRITOS

1. Mulheres Portuguesas. Vidas e Obras Celebradas – Vidas e Obras Ignoradas – Maria Regina Tavares da Silva, Ana Vicente, 1991 (esgotado)
2. Elina Guimarães. Sete Décadas de Feminismo – Elina Guimarães, 1991 (esgotado)
3. Coisas da Vida. Nove Retratos de Mulheres – Amélia Patrício, 1993 (esgotado)
4. A brief look at Women in Portuguese history – Ana Vicente, 1993 (esgotado)
5. Os Saberes das Mulheres na Criação e na Transformação Cultural – Ivone Leal, 1994
6. Democracia Paritária. Um Conceito novo ou um novo olhar sobre a Democracia? – Maria Regina Tavares da Silva (esgotado)
7. Igualdade e diferença: a coexistência dos contrários. O feminismo na cultura ou a cultura feminina – Ana Maria Braga Cruz, 1995
8. Heroines of the Portuguese Discoveries and Expansion – Maria Regina Tavares da Silva, 1994
9. Maria Pastora. Maria Tecedeira – António Pedro Pires, 1994 (esgotado)
10. Os Materiais Pedagógicos no Desenvolvimento de uma Educação para a Igualdade entre Sexos – Fernanda Henriques, Teresa Joaquim, 1995, 2ª edição, 1996
11. Do “Valor, Lealdade e Mérito” das Mulheres Portuguesas... – Dina Canço, 1995
12. Trabalho e Assédio Sexual – Fátima Duarte, 1999
13. União de Facto, 1997, o Ponto da Situação – Fátima Duarte, 1999
14. Novamente o “Valor, Lealdade e Mérito” das Mulheres Portuguesas... – Dina Canço, 1999
15. Mecanismos Institucionais para a Igualdade – Evolução desde a Conferência de Pequim (1995) – Maria Regina Tavares da Silva, 2002

O conteúdo desta publicação pode ser reproduzido em parte se for mencionada a fonte.  
A distribuição é gratuita

Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres  
Av. da República, 32-1.º – 1050-193 LISBOA – Portugal  
Telf: 21 798 3000 – Fax: 21 798 3099  
E-mail: cidm@mail.telepac.pt  
<http://www.cidm.pt>

R. Ferreira Borges, 69-2.º – 4050-253 PORTO – Portugal  
Telf: 22 207 4370 – Fax: 22 207 4398  
E-mail: cidmdelnorte@mail.telepac.pt

Preparou esta edição: Isabel de Castro  
Tiragem: 1.500 Exemplares  
ISBN: 972-597-250-3  
Depósito Legal: 196 809/03

Execução gráfica: Minerva do Comércio, Lda  
Tv. da Oliveira à Estrela, 10 – 1200-748 Lisboa  
Telf: 213964445 – Fax: 213950693  
E-mail: minerva@netcabo.

## APRESENTAÇÃO

A Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres apresenta ao público esta brochura que constitui a primeira apresentação dos resultados preliminares obtidos num estudo dirigido pelo Doutor Manuel Lisboa sobre a violência com base de género, ou violência de género. Neste caso, trata-se da violência sofrida por mulheres pelo facto de serem mulheres, no sentido da construção social que se faz à volta deste primeiro dado biológico. Queremos com isto dizer que são mulheres que, não só pela sua condição biológica, mas sobretudo pela identidade socialmente construída, comportamento, contexto social, dependência económica ou psicológica, são vítimas preferenciais de companheiros, maridos, namorados, etc.

A maioria dos casos aqui reportados são casos de violência doméstica, pois que perpetrados no meio familiar e em locais privados, e casos de relativa gravidade, como o indica o facto de chegaram até ao Instituto de Medicina Legal. Não queremos deixar de lembrar que a importância dada a este tipo de violência pela comunicação social tem contribuído para que esta seja cada vez mais percebida como um crime e que, por isso, venha a ser cada vez mais reportado às autoridades. O II Plano Nacional contra a Violência Doméstica, que em breve entrará em vigor, é a resposta do Governo a esta violação dos direitos humanos que se tornou inaceitável na sociedade democrática que hoje somos.

Existem no entanto outros tipos de violência, que não são de menor gravidade, quer quanto a efeitos sociais, quer quanto a consequências psicológicas prolongadas, como é o caso de vários tipos de abuso sexual, prisão domiciliária, violação, assédio sexual no local de trabalho ou em público, etc. As representações sociais deste tipo de violência ainda são, ou demasiado negativas, de modo a que a vítima, ou se culpabiliza ou se

assusta com a ideia da queixa às autoridades, ou nem sequer são percebidas enquanto tais, como no caso do assédio sexual em locais de trabalho. O tráfico de mulheres e crianças para fins de exploração sexual é também uma forma de violência que tem vindo a crescer nos últimos tempos. O II Plano Nacional para a Igualdade contemplará todos estes tipos de violência.

Nos seus serviços de atendimento a CIDM detectou, desde os primórdios da sua existência, inúmeros casos de violência doméstica. Tem dinamizado e participado nos últimos anos nos vários tipos de apoio, estatais e privados, que se têm vindo a constituir para apoiar vítimas, punir agressores e prevenir o que for possível prevenir, informando, sensibilizando e formando as pessoas que mais directamente estão em contacto com vítimas de violência. Estudos como este e outros que se virão a realizar no âmbito da violência dar-nos-ão os conhecimentos necessários para intervir de acordo com os instrumentos constituídos pelo II Plano Nacional contra a Violência Doméstica e o II Plano Nacional para a Igualdade. Através deste planos, que envolverão instituições públicas e privadas, será promovida a fruição pelas mulheres de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais.

Esperamos que este estudo, que constitui mais uma aproximação da realidade e que será, em breve, publicado na íntegra, venha melhorar a construção de mecanismos que permitam chegar à eliminação desta violência tão habitual.

Madalena Barbosa  
Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres

## ÍNDICE

APRESENTAÇÃO .....	3
OS AUTORES .....	6
NOTA PRÉVIA .....	7
INTRODUÇÃO.....	9
1. Aspectos metodológicos.....	13
1.1 Dimensão temporal e espacial.....	13
1.2 Universo de análise .....	13
1.3 Recolha, tratamento e análise dos dados.....	13
2. Tipos de violência e contexto da ocorrência .....	14
2.1 Tipos de violência .....	14
2.2 Contexto espacial e temporal da ocorrência .....	16
2.3 O contexto dos filhos.....	18
2.4 Trajectórias de violência .....	19
2.5 Percepção das causas da violência por parte das vítimas .....	20
3. Características socioculturais das vítimas .....	22
3.1 Idade .....	22
3.2 Estado civil .....	23
3.3 Nível de instrução formal .....	25
3.4 Actividade profissional .....	26
4. Características socioculturais dos agressores.....	27
4.1 Relação de parentesco com a vítima.....	28
4.2 Nível de instrução formal .....	29
4.3 Actividade profissional .....	29
4.4 Normalidade e disfunção no agressor .....	30
BIBLIOGRAFIA CITADA .....	32

## OS AUTORES

**Manuel Lisboa**, Doutor em Sociologia, Professor da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e Director do SociNova – Gabinete de Investigação em Sociologia Aplicada. Tem desenvolvido actividades de investigação e coordenação de projectos nas áreas da Metodologia de Investigação Sociológica e da Sociologia do Género e da Vida Privada. É autor de vários artigos e livros, destacando-se neste domínio *Violência e Sociedade (1991)*, *Representações da Violência (1992)*, *Violência contra as Mulheres (1997)* e *Dez Anos de Crime em Portugal (1998)*.

**Zélia Barroso**, Licenciada em Sociologia, Mestranda em Sociologia na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, variante de Violência, Crime e Sociedade. Assistente de Investigação do SociNova – Gabinete de Investigação em Sociologia, na área do Género e da Vida Privada. Autora de vários trabalhos de investigação no domínio da *violência doméstica*.

**Joana Marteleira**, Licenciada em Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, e Assistente de Investigação do SociNova – Gabinete de Investigação em Sociologia, na área Género e da Vida Privada. Autora de trabalhos de investigação no domínio da *delinquência juvenil*.

## NOTA PRÉVIA

Esta brochura tem como objectivo apresentar uma síntese dos principais resultados de um estudo elaborado pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, através do SociNova – Gabinete de Investigação em Sociologia Aplicada, sobre *A Violência Contra as Mulheres Detectada nos Institutos de Medicina Legal*, no quadro de uma solicitação da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres. Os resultados completos do estudo poderão ser consultados no Relatório Final, onde se farão todos os desenvolvimentos possíveis com os dados recolhidos.

Temos defendido que os fenómenos da violência e da criminalidade em geral, e em particular contra as mulheres, só parcialmente são observáveis através de uma única fonte. Em bom rigor, o investigador trabalha mais com a dimensão “aparente”, do que com o fenómeno real, na sua totalidade, como o mostram os resultados dos Inquéritos de Vitimação realizados em Portugal pelo Ministério da Justiça. Assim, torna-se necessário multiplicar os locais de observação.

É neste contexto que se julga oportuno e importante analisar os casos que são participados aos Institutos de Medicina Legal, já que o seu estudo permite observar um tipo de violência que, pela sua maior gravidade, nem sempre é detectável com igual prevalência através de outros meios.

Os resultados obtidos permitem uma caracterização dos tipos de actos mais frequentes e das variáveis socioculturais que lhe estão associadas, tanto pela via das mulheres vítimas, como dos agressores.

Contudo, os autores deste estudo pensam que a análise do fenómeno deverá conter uma dimensão temporal que permita observar a sua evolução, para o conhecimento da violência contra as mulheres e para apoiar a definição de instrumentos de intervenção no sentido da sua prevenção e combate.

Os instrumentos de recolha da informação e a estrutura da base de dados onde ela se encontra armazenada foram concebidos de forma a que, no futuro, sejam possíveis outros estudos que, utilizando os mesmo critérios científicos, permitam análises comparativas e a monitorização do fenómeno.

Os resultados agora apresentados correspondem a um longo e aturado percurso de investigação junto dos arquivos dos Institutos de Medicina Legal (IML) de Coimbra e do Porto. Tal só foi possível com a colaboração de várias instituições e pessoas.

Gostaríamos de começar por expressar o nosso agradecimento à Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres que, inicialmente através do empenhamento da Dra. Ana Maria Braga da Cruz e mais recentemente da Dra. Maria Amélia Paiva, criou as condições para a realização da pesquisa.

Um gesto de gratidão é igualmente devido ao Instituto Nacional de Medicina Legal, pelo interesse e colaboração desde o primeiro momento, em particular para o seu Presidente, Prof. Dr. Duarte Nuno Vieira, a Prof. Dra. Teresa Magalhães, Directora da Delegação do Porto, a Dra. Ascensão Rebelo, da Delegação de Coimbra, o Prof. Dr. Jorge Costa Santos, da Delegação de Lisboa, bem como à Assistente Social Helena, em Coimbra, e ao Sr. Sequeira, no Porto.

Os Autores

## INTRODUÇÃO

Os Institutos de Medicina Legal são espaços privilegiados de observação da violência extrema, cujos dados são fundamentais para a compreensão do fenómeno. Todavia, a sua interpretação deverá ter presente vários aspectos, nomeadamente o tipo de instrumentos utilizados para registar a participação, a natureza dos actos que lhe dão origem e a representação de gravidade que lhe possa estar associada, bem como, finalmente, o contexto sociocultural onde os actos são praticados e representados como suficientemente graves para darem origem à participação.

O principal elemento de notação da ocorrência é constituído por um processo clínico, elaborado por um especialista, normalmente com o objectivo de constituir prova em processo judicial. Desde logo, uma análise crítica desta fonte revela que a informação disponível é condicionada pela percepção e necessidade do notador em produzir dados úteis àquele processo. Ou seja, torna-se necessário uma leitura sociológica capaz de, a partir desta informação, elaborar um *corpus* de informação pertinente para a análise da violência contra as mulheres.

A menor riqueza sociocultural do anterior elemento de notação é compensada com os dados do Relatório Social, que acompanha cada processo e constitui uma fonte normalizada para as variáveis económicas, sociais e culturais relativamente às vítimas, aos agressores e ao contexto da ocorrência. Para as vítimas destacam-se: a idade, a nacionalidade, o estado civil, o nível de instrução formal, a profissão, o local e tipo de residência, bem como informações socioculturais pertinentes sobre o agregado familiar. Quanto ao agressor, além da idade, nacionalidade, estado civil, nível de instrução formal e actividade profissional, procura-se ainda conhecer a relação de parentesco que tem com a vítima, se reside com ela e se sofre de algum tipo de disfunção. Relativamente ao contexto da ocorrência é possível conhecer a hora e o local, o instrumento uti-

lizado na agressão, os actos que foram praticados, a percepção das causas da violência por parte da vítima e se há actos de violência anteriores.

Um outro aspecto da maior relevância diz respeito à classificação a atribuir aos actos praticados. O facto de serem alvo de um processo no Instituto de Medicina Legal é um indicador da sua gravidade e mesmo de poderem ser objecto de rotulação enquanto crimes. Todavia, é meramente um indício e não, ainda, um facto provado. Então como classificar estes actos? Temos vindo a designá-los por actos violentos contra as mulheres. Convém que explicitemos o conceito para melhor conduzir a investigação e interpretar os resultados.

Já afirmámos em vários estudos que a violência não é sinónimo de crime. Crime é todo o acto que é considerado como tal pelo sistema jurídico. No caso da violência, as normas e os valores que permitem a classificação de um acto como violento estão menos codificadas e são socialmente mais difusas e mutáveis. Em última instância, um acto é violento na medida em que a vítima, o autor ou a sociedade a que ambos pertencem o representam como tal. Essa classificação pode resultar da materialidade como o acto é percebido e vivido, ou como é representado. Entendida aqui a representação como modalidades de conhecimento prático, orientadas para a comunicação, apreensão e domínio do meio social, que se expressam sob a forma de imagens condensadas, nas suas dimensões materiais e ideais (Jodelet 1989). Em qualquer dos casos, para quem o considera como violento é sempre visto como uma transgressão mais ou menos grave.

Na impossibilidade de ouvir a voz das mulheres vítimas, que os inquéritos sociológicos permitem, a classificação de violento para os actos observados a partir dos processos clínicos e dos relatórios sociais decorre da representação que os notadores e os investigadores fazem do que é violência. Assim, não deverá confundir-se a essência da realidade a estudar, com a construção conceptual que é feita para melhor a analisar e se possível

compreender, quer em relação às características comuns aos actos que justificam a sua representação como violentos, quer em relação à diversidade de situações tipo encontradas.

É nesse sentido que devem ser entendidos os tipos de violência construídos para esta pesquisa e que em grande medida decorrem de estudos nacionais e internacionais anteriores, que claramente tendem a demarcar-se da visão clássica que privilegiava apenas a violência física. Mesmo sabendo que um mesmo acto pode afectar uma vítima de múltiplas formas, ao nível da operacionalização desta investigação admitiu-se que é possível tipificar os actos em: *violência física*, *violência psicológica* e *violência sexual*. Todavia, a natureza dos dados sugere uma combinação entre tipos que é integrada na pesquisa empírica.

Enquanto representação social, ao abordar o tema da violência contra as mulheres está-se perante um fenómeno mutável no espaço e no tempo, também sensível ao efeito de estudos anteriores, de políticas visando o seu combate, da acção das próprias vítimas e da intervenção de outros agentes sociais comprometidos com o problema.

Assim, neste estudo admite-se a hipótese de que as mudanças económicas, políticas, sociais e culturais ocorridas na sociedade portuguesa nas últimas décadas terão condicionado as formas de perceber, de agir e reagir face à violência. De facto, o aumento da consciência social da gravidade de determinados actos tem contribuído para que alguns tenham passado a ser objecto de tratamento legal. É o caso da *violência doméstica* e de alguns crimes sexuais.

Por vezes, pode-se mesmo correr o risco de contribuir para a formação de estigmas sociais que, ao acentuarem a rotulagem, em vez de permitirem a solução do problema facilitam a legitimação de estereótipos de “auto-policiamento” e de avaliação social de proximidade, que impedem a compreensão da complexidade do fenómeno nas suas dimensões institucionais e inter-relacionais.

A natureza dos dados agora analisados não permitem essa análise. Assim, os seus resultados deverão combinar-se com os de outros estudos, em curso, como os inquéritos sociológicos e as entrevistas em profundidade, e inseridos num quadro teórico e conceptual mais amplo, que designamos por *Sociologia do Género e da Vida Privada*, que ajude a compreender os mecanismos e os processos psicossociais, culturais e económicos que estão subjacentes à produção e reprodução dos tipos de violência analisados e de que as mulheres têm sido vítimas.

Estamos certos que este estudo dá um contributo no sentido da caracterização de um tipo de violência que, pela sua gravidade social, nem sempre é observável com outros meios. No futuro, torna-se necessário aproveitar esse potencial de informação, combinando os seus resultados com os de outras pesquisas e, integrando a evolução no tempo, construir uma grande base de conhecimentos que permita a análise, a monitorização e a compreensão das múltiplas dimensões da violência contra as mulheres.

## 1. Aspectos metodológicos

### 1.1 Dimensões temporal e espacial

Face ao elevado número de processos entrados em cada ano nos Institutos de Medicina Legal, optou-se por escolher para campo de observação deste estudo o último ano com informação disponível à data do início da pesquisa. Assim, seleccionou-se o ano de 2000, com todos os dados de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro. Na sequência do que foi referido na Introdução, espera-se que estudos futuros permitam continuar a série dos dados agora iniciada, prolongado-a para todos os anos em que seja possível coligir informação.

Apesar da intenção inicial de alargar o estudo aos três Institutos de Medicina Legal, Lisboa, Porto e Coimbra, o volume e nível de organização da informação em Lisboa não permitiu incluir os dados neste estudo em tempo útil. No entanto, julga-se que tal facto não prejudica o âmbito das conclusões retiradas na pesquisa. Por isso, optou-se por trabalhar só com os dados dos Institutos de Medicina Legal do Porto e de Coimbra.

### 1.2 Universo de análise

Para o ano considerado, recorreram aos Institutos de Medicina Legal do Porto e de Coimbra 11 406 mulheres (4 998 em Coimbra e 6 408 no Porto). Destas, foi possível recolher informação sobre todas as vítimas com dezoito ou mais anos: 545 em Coimbra e 1 615 no Porto. Ou seja, 2 160 processos de mulheres que constituem o objecto de análise deste estudo.

### 1.3 Recolha, tratamento e análise dos dados

A recolha de informação dos processos clínicos e dos Relatórios Sociais foi efectuada a partir de uma Grelha Sociológica,

construída especificamente para este estudo na sequência da consulta exploratória de alguns processos. Além das questões relativas à identificação do instituto e do processo, a Grelha contém quinze variáveis de caracterização da vítima, dez do agressor, nove do contexto da agressão e seis da recepção da vítima no Instituto de Medicina Legal. Se acrescentarmos a este número considerável de itens possíveis, o facto de haver informação na maior parte dos processos consultados, fica-se com ideia do elevado volume de dados disponíveis para a realização do estudo.

Todavia, o sucesso do trabalho de recolha de dados não seria possível sem o apoio dos técnicos locais – principalmente na consulta em papel em Coimbra e em suporte informático no Porto. Igualmente é de referir a colaboração e a sensibilidade manifestada em relação às investigadoras, de formação sociológica, que no âmbito da análise dos processos tiveram que consultar fotografias e ler descrições de situações emocionalmente fortes que, por vezes, seriam mais fáceis de lidar por parte de especialistas da área da saúde.

Após várias operações de validação dos dados recolhidos, optou-se por efectuar um tratamento estatístico essencialmente univariado e bivariado, cujos resultados serão discutidos em seguida.

Atendendo às limitações de espaço e ao facto do Relatório Final conter toda a informação sobre os resultados, para a publicação deste texto optou-se por seleccionar só algumas dimensões e variáveis julgadas mais relevantes.

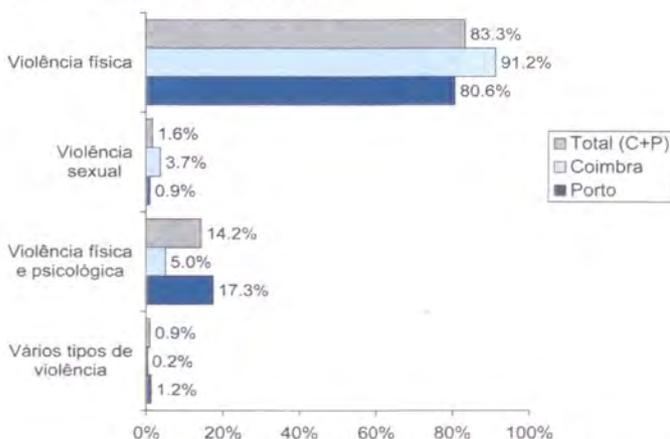
## **2. Tipos de violência e contexto da ocorrência**

### **2.1 Tipos de violência**

O conjunto de actos detectados nos processos clínicos abrange um leque alargado de formas de violência perpetradas contra as mulheres. Num esforço de operacionalização

da investigação que tivesse simultaneamente presente os imperativos sociológicos e os estatísticos optou-se por considerar os seguintes tipos: violência física, violência sexual e violência psicológica. Todavia, no caso desta última ela vem normalmente associada à violência física. Pensamos que o facto de ela não ter uma expressão que permita ao investigador a sua autonomização (ao contrário do que ocorre em outros estudos), constitui uma das características do tipo de actos que surgem habitualmente nos Institutos de Medicina Legal.

Gráfico 1 – Tipos de violência



Fonte: *Violência Contra as Mulheres, IML Coimbra-Porto, SociNova.-UNL/CIDM, 2002.*

Os resultados do gráfico anterior mostram justamente que a violência física é a mais frequente nos processos entrados nos Institutos de Medicina Legal, com valores superiores a 80%. Aliás este tipo de violência surge novamente com alguma expressão estatística quando vem associado à violência psicológica.

Os casos em que foi possível a classificação de violência sexual têm uma percentagem mais modesta, inferior a 4%, ainda que com um peso mais expressivo no IML de Coimbra (3,7%).

Coimbra é igualmente o local onde a violência física tem a maior incidência, quando comparada com o Porto. Aqui, este tipo de violência só se salienta quando claramente está associada à violência psicológica.

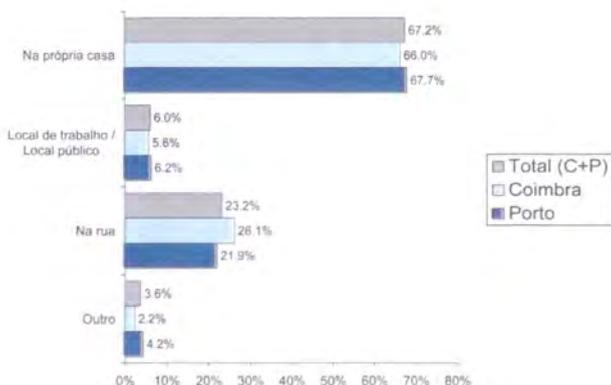
E que tipos de actos permitem a classificação feita anteriormente? As sovas são indiscutivelmente as mais frequentes, com 74,5% dos casos em Coimbra e 58,1% no Porto. Seguem-se as ameaças e os insultos, agora com maior expressão no Porto (12,0%) do que em Coimbra (2,4%), as tentativas e práticas de homicídio (6% no Porto e 5,6% em Coimbra), os empurrões (5,6% no Porto e 2,2% em Coimbra), os sequestros (3,7% no Porto e 7% em Coimbra), as cabeçadas (2,9% no Porto e 2,4% em Coimbra), a violação (1,2% no Porto e 1,9% em Coimbra), os puxões de cabelo (4,7% no Porto e 0,6% em Coimbra). São ainda assinalados outros actos com menor expressão percentual: dentadas, arranhões, facadas e queimaduras.

Refira-se ainda que os instrumentos mais utilizados na agressão são os próprios meios físicos do agressor (78,9% em Coimbra e 69,9% no Porto), seguidos de objectos contundentes (11,0% em Coimbra e 14,4% no Porto) e das armas brancas (3,5% em Coimbra e 4,8% no Porto). Além dos insultos e ameaças, com valores mais elevados (3,3% em Coimbra e 8,9% no Porto), os restantes (arma de fogo, produtos tóxicos e inflamáveis) têm valores que se situam próximos de 1% em qualquer dos Institutos de Medicina Legal.

## 2.2 Contexto espacial e temporal da ocorrência

A análise do local onde ocorrem os actos e o período do dia em que as agressões são perpetradas permite compreender melhor os contextos situacionais que estão associados à prática da violência; nomeadamente, onde e quando as mulheres podem ser mais vulneráveis.

Gráfico 2 – Local da agressão



Fonte: *Violência Contra as Mulheres, IML Coimbra-Porto, SociNova.-UNL/CIDM, 2002.*

Os valores obtidos confirmam claramente os resultados de outros estudos<sup>(1)</sup>, que apontam o espaço da casa-família como o mais provável para ocorrerem actos de violência contra as mulheres. Segue-se o espaço da rua, com uma percentagem inferior a metade (26,1% em Coimbra e 21,9% no Porto) e o local de trabalho ou outro local público (5,6% em Coimbra e 6,2% no Porto).

Quanto ao momento do dia em que os actos ocorrem, verifica-se que é fundamentalmente à noite, ainda que ligeiramente mais em Coimbra (58,2%) do que no Porto (52,0%). Em seguida, surge o período da tarde (32,1% em Coimbra e 35,1% no Porto) e finalmente a manhã (9,7% em Coimbra e 12,9% no Porto).

Mesmo não cabendo no âmbito deste texto uma interpretação sociológica mais alargada, gostaríamos de assinalar a importância da análise dos resultados da conjugação do espaço-

<sup>1</sup> Lourenço & Lisboa (1995), no Relatório Final para a CIDM, sobre a *Violência Contra as Mulheres* e os resultados preliminares do estudo desenvolvido pela Universidade Nova de Lisboa - SociNova/CIDM, sobre os *Custos Sociais da Violência Contra as Mulheres* do Inquérito Nacional (Lisboa, Carmo, Vicente & Nóvoa 2002/2003).

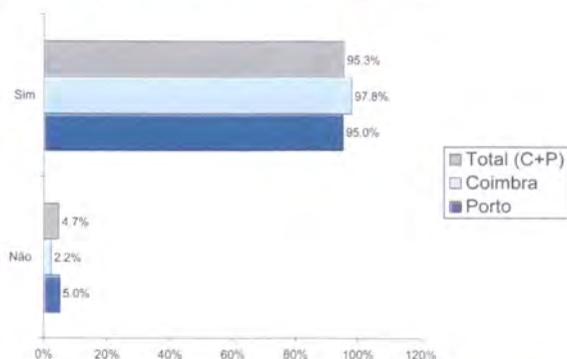
-tempo, já que permite identificar um contexto de encobrimento da violência, na casa e à noite, que dificulta a sua detecção e o seu combate, apesar de neste momento a violência doméstica ser um crime público. Normalmente, o contexto sociocultural que lhe está associado tende a contribuir para uma lógica de reprodução da violência, sendo as vítimas prisioneiras desse mesmo processo: fisicamente, economicamente, mas também social e culturalmente, pela avaliação das redes sociais de proximidade, geralmente interiorizada pelas mulheres num processo de auto-censura, culpabilidade e filtragem da racionalização da situação.

### 2.3 O contexto dos filhos

A existência de filhos é também uma dimensão importante para compreender os processos que se desenvolvem nestes contextos.

Os valores obtidos não deixam margem para dúvidas: na quase totalidade dos casos os filhos assistem às agressões (97,8% em Coimbra e 95% no Porto).

Gráfico 3 – Os filhos assistem à agressão?



Fonte: *Violência Contra as Mulheres, IML Coimbra-Porto, SociNova.-UNL/CIDM, 2002.*

Se por um lado, isso pode ser um factor inibidor da reacção da mulher, levando-a a ir calando a situação de que é vítima, por outro lado, pode ser o argumento decisivo para participar às autoridades e dar lugar a um processo no Instituto de Medicina Legal, como os que temos estado a analisar.

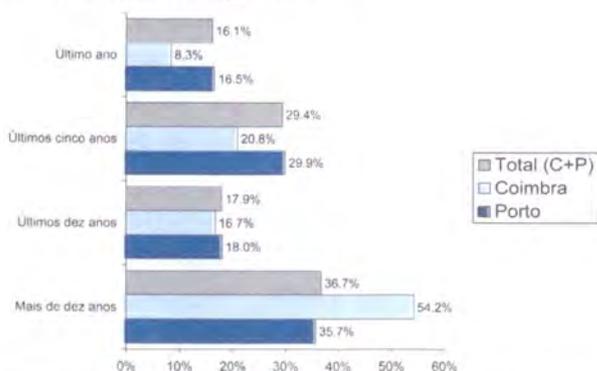
De facto, é significativo que a maioria destas mulheres refiram que os filhos também são objecto de agressão (83,3% em Coimbra e 66,7% no Porto), alargando assim de uma forma expressiva o conceito de violência doméstica às crianças, que são um dos principais actores sociais deste tipo de violência. Refira-se ainda o valor particularmente elevado de Coimbra, a merecer uma análise mais profunda para outros anos e para as condições socioculturais que lhe estão associadas.

## 2.4 Trajectórias de violência

Na maioria das vítimas, particularmente em Coimbra, verifica-se que há uma trajectória de violência que vem do passado (76,1% em Coimbra e 57,3% no Porto).

Se por um lado, os resultados são surpreendentes, atendendo ao facto de se estar perante um tipo de violência de maior gravidade, por outro lado, confirmam, ainda que de uma forma dramática, as conclusões de outros estudos que apontam no sentido de que os actos de violência contra as mulheres estão inseridos numa teia complexa de inter-relações entre a vítima, o agressor e elementos contextuais que perduram ao longo do tempo e alimentam a sua reprodução (Lisboa, Carmo, Vicente & Nóvoa 2002/2003).

Gráfico 4 – Duração da agressão



Fonte: *Violência Contra as Mulheres, IML Coimbra-Porto, SociNova.-UNL/CIDM, 2002.*

Os valores obtidos são significativos ao revelarem que as situações mais frequentes de violência duram há mais de dez anos, enquanto que as do último ano têm o valor mais baixo. É igualmente de assinalar, a percentagem particularmente elevada dos casos mais antigos em Coimbra (54,2%), quando comparada com a do Porto (36,7%).

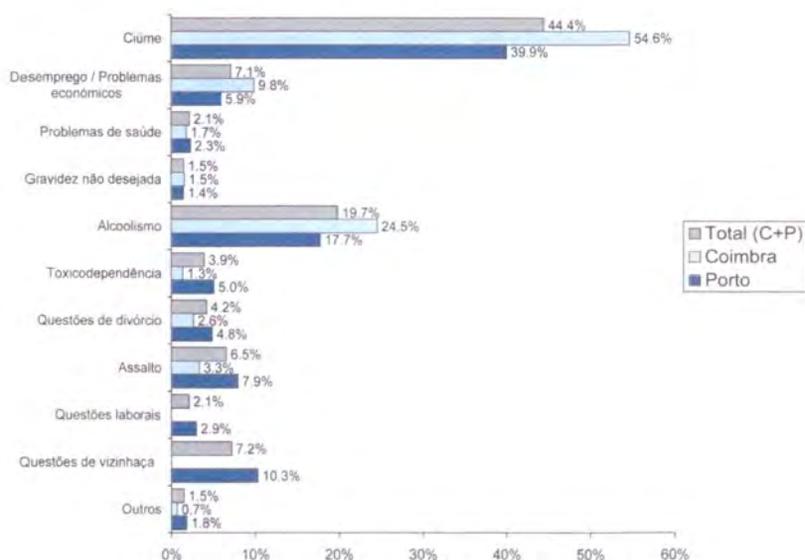
Igualmente expressivos são os valores que se referem à reacção das mulheres vítimas. Também neste domínio, e apesar das situações mais frequentes corresponderem às agressões que duram há mais de dez anos, os resultados revelam que na maioria dos casos o actual processo corresponde à primeira queixa feita às autoridades (79,4% em Coimbra e 74,7% no Porto). Ou seja, apesar da gravidade de muitos destes actos, a grande maioria das mulheres foi-os calando durante vários anos, não os denunciando às autoridades.

## 2.5 Percepção das causas da violência por parte das vítimas

As causas apontadas pelas mulheres vítimas como estando na origem da agressão são muitas vezes iludidas, quer no senti-

do de esconder o estigma de reprovação social que pode estar associado a estas situações, quer para se justificarem perante elas próprias e assim reproduzirem a situação.

Gráfico 5 – Percepção das causas por parte das vítimas



Fonte: *Violência Contra as Mulheres, IML Coimbra-Porto, SociNova.-UNL/CIDM, 2002.*

O ciúme é a causa mais apontada pelas mulheres para a agressão, de uma forma particularmente expressiva em Coimbra (54,6% neste IML e 39,9% no do Porto). Esta é uma dimensão a que as ciências sociais não têm dado a devida importância e que, claramente se insere no que referíamos no início deste texto, numa área que podemos designar por Sociologia do Género e da Vida Privada, que implica a construção de um novo quadro teórico e conceptual, e que esta equipa de investigação da Universidade Nova de Lisboa-SociNova tem vindo a desenvolver em articulação com outras pesquisas.

Em segundo lugar é apontado o alcoolismo, também com maior incidência em Coimbra (24,5% neste IML e 17,7% no do Porto). Refiram-se ainda, como estatisticamente mais significativas, as questões de vizinhança, o desemprego e os problemas económicos, as questões laborais, os assaltos e a toxicod dependência, esta com um valor mais baixo do que por vezes é socialmente representado. Todavia, nem todas estas causas têm a mesma incidência em Coimbra e no Porto. Assim, destacam-se em Coimbra o desemprego e os problemas económicos e no Porto as questões de vizinhança, os assaltos e a toxicod dependência.

### **3. Características socioculturais das vítimas**

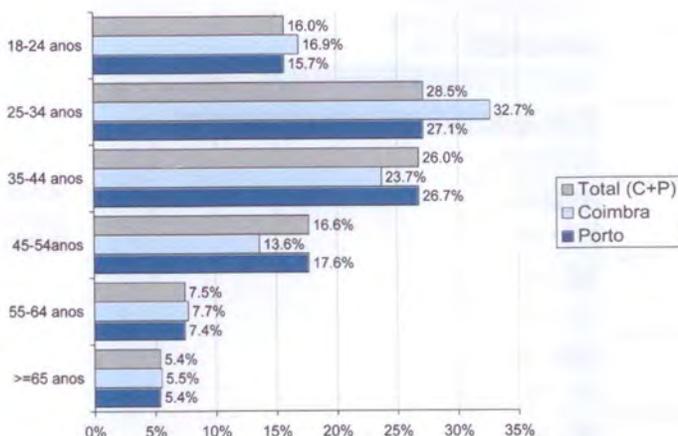
A abordagem das características socioculturais das vítimas far-se-á de modo a ser possível comparar os resultados dos Institutos de Medicina Legal de Coimbra e do Porto. Seleccionaram-se as seguintes variáveis: idade, estado civil, nível de instrução formal, actividade profissional e contexto familiar.

Refira-se ainda que 95% das vítimas em qualquer dos institutos tem a nacionalidade portuguesa.

#### **3.1 Idade**

Estabelecidos cinco escalões etários, os resultados globais mostram que a maior prevalência de vítimas encontra-se nas mulheres com menos de 44 anos, que só por si representam 70,5% dos casos, particularmente a faixa dos 25-44 anos. É ainda de salientar o peso modesto das vítimas com 55 ou mais anos (12,9%).

Gráfico 6 - Idade



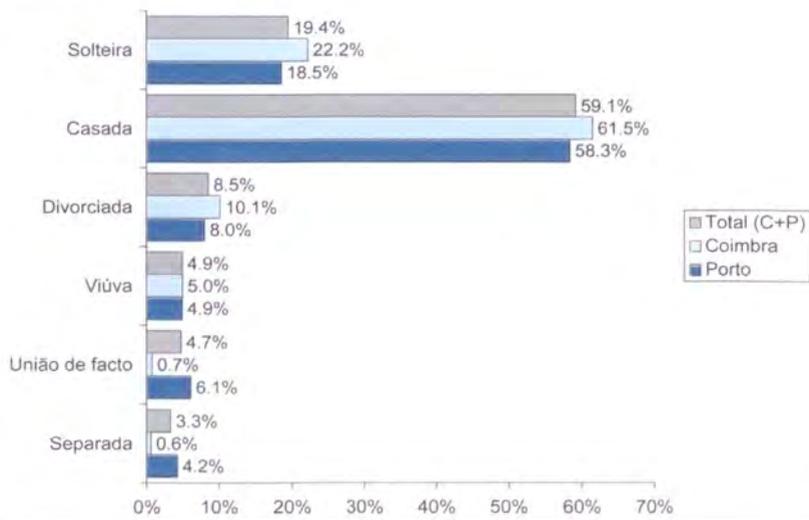
Fonte: *Violência Contra as Mulheres, IML Coimbra-Porto*, SociNova.-UNL/CIDM, 2002.

Comparando os valores dos dois Institutos, verifica-se o mesmo tipo de resultados, ainda que com uma maior incidência de vítimas jovens em Coimbra. Certamente que para isso contribui o facto dos processos deste IML serem sobretudo de pessoas da própria cidade (ao contrário do que acontece no Porto), onde é de assinalar o elevado peso da população estudantil, ainda que não exclusivamente universitária.

### 3.2 Estado civil

Além das categorias habitualmente utilizadas em relação aos estado civil — solteira, casada, divorciada e viúva —, os dados disponíveis permitem já uma classificação que contemple novas formas conjugais, como a união de facto e a separação, e que são objecto de estudo em algumas pesquisas internacionais.

Gráfico 7 – Estado civil



Fonte: *Violência Contra as Mulheres, IML Coimbra-Porto, SociNova.-UNL/CIDM, 2002.*

Predominam as mulheres casadas em qualquer dos Institutos, com valores superiores a 50%. Em segundo lugar surgem as vítimas solteiras, compreensivelmente com maior incidência no IML de Coimbra, pelas razões já referidas, seguidas das divorciadas. Em parte dos casos, o divórcio foi uma das saídas para as situações de violência, em outras há uma espécie de reprodução dos mesmos mecanismos de violência nas novas relações.

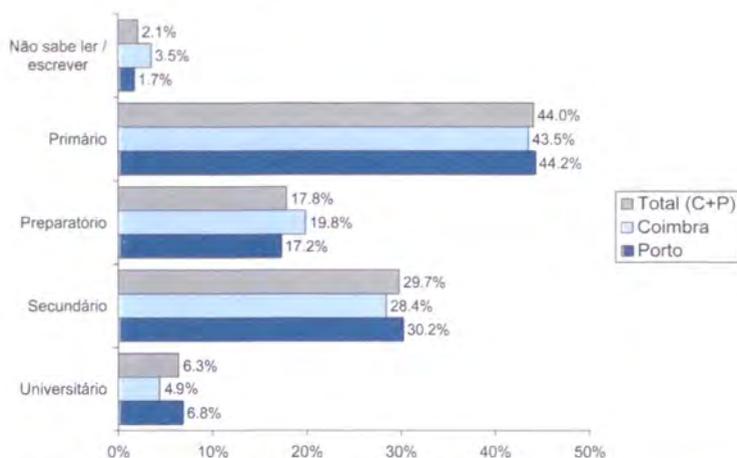
A esse propósito, é ainda de assinalar o facto de 6,1% das vítimas do IML de Coimbra estarem em união de facto e de os agressores serem sobretudo os seus companheiros. Sabendo que na sociedade portuguesa os vínculos de união deste tipo de relação conjugal são menos imperativos do que o casamento, questionamo-nos sobre os mecanismos e processos socioculturais que lhe possam estar subjacentes. O que condiciona estas mulheres a continuarem a viver com os agressores?

### 3.3 Nível de instrução formal

Em vários estudos tem-se concluído que a violência contra as mulheres atravessa todos os estratos sociais, quer quando se considera como indicador o nível de instrução formal, quer a actividade profissional (Gillioz, De Puy & Ducret 1997). Todavia, nota-se também que a prática e percepção da violência é social e culturalmente diferenciada em função do tipo de actos (Lourenço, Lisboa & Pais 1977).

Nos resultados do gráfico seguinte predominam as mulheres vítimas com a instrução primária, seguidas das que têm o secundário, o preparatório, o universitário e, finalmente, das que não sabem ler/escrever. As diferenças entre os Institutos de Medicina Legal de Coimbra e Porto não são particularmente significativas.

Gráfico 8 – Nível de instrução formal



Fonte: *Violência Contra as Mulheres, IML Coimbra-Porto*, SociNova.-UNL/CIDM, 2002.

### 3.4 Actividade profissional<sup>(2)</sup>

A análise dos resultados em relação à actividade profissional das vítimas mostra que também neste domínio há uma relativa transversalidade, ainda que se admita como hipótese que haja uma maior incidência de alguns tipos de violência em certas profissões.

Contudo, para já os resultados globais mostram que entre as vítimas predominam claramente as domésticas, particularmente em Coimbra (50,8% neste IML e 40,3% no do Porto). Seguem-se-lhe as trabalhadoras não qualificadas (mais incidentes no IML do Porto), as actividades relacionadas com os serviços e vendedores, as operárias e artífices, as estudantes (também com maior incidência no IML de Coimbra), o pessoal administrativo e só finalmente as profissões intelectuais e científicas e os quadros superiores.

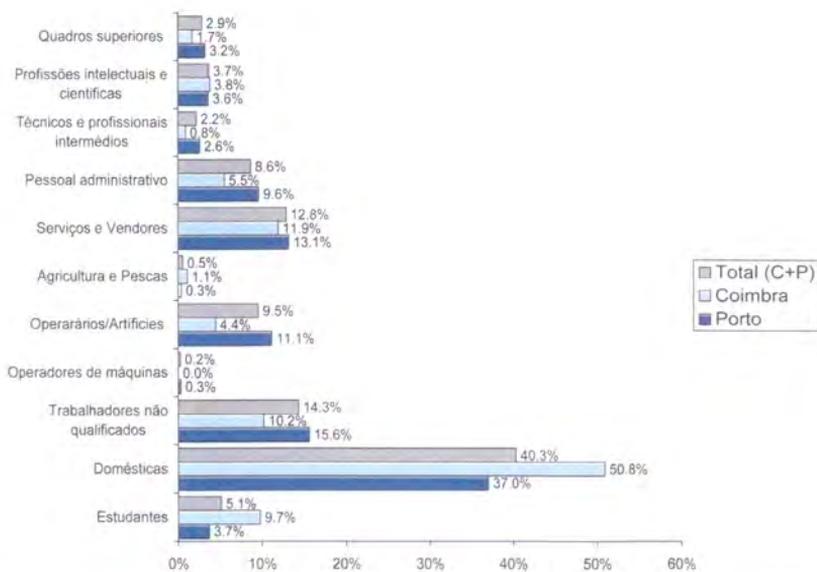
Saliente-se que o peso destas últimas duas categorias na estrutura social nacional<sup>(3)</sup>, para mulheres da mesma faixa etária, é da mesma ordem de grandeza, pelo que, neste caso, é de admitir a hipótese que a incidência do recurso aos Institutos de Medicina Legal não é condicionada pelo exercício de actividades profissionais mais qualificadas.

---

<sup>2</sup> Adoptaram-se os grandes grupos da *Classificação Nacional das Profissões*, adaptada à especificidade do estudo e natureza dos dados, particularmente no que se refere às mulheres que desempenham tarefas domésticas.

<sup>3</sup> De acordo com os resultados preliminares do estudo desenvolvido pela Universidade Nova de Lisboa - SociNova/CIDM, sobre os *Custos Sociais da Violência Contra as Mulheres* do Inquérito Nacional (Lisboa, Carmo, Vicente & Nóvoa 2002/2003).

Gráfico 9 – Actividade profissional



Fonte: *Violência Contra as Mulheres, IML Coimbra-Porto*, SociNova.-UNL/CIDM, 2002.

#### 4. Características socioculturais dos agressores

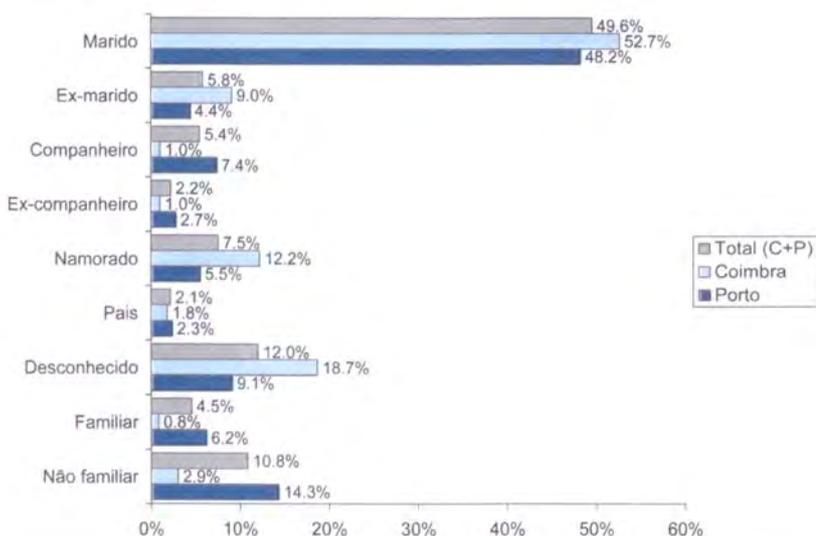
Uma das questões centrais para compreender os mecanismos sociais que estão associados à prática de violência consiste em conhecer as características socioculturais dos seus autores.

Começando pelas variáveis biográficas, e à semelhança das vítimas, prevalecem as faixas etárias inferiores a 44 anos (com uma incidência particular do IML de Coimbra na faixa 35-44 anos), a nacionalidade portuguesa (com valores superiores a 97%), os casados, seguidos dos solteiros, dos divorciados, dos em união de facto (sobretudo no Porto) e dos separados.

## 4.1 Relação de parentesco com a vítima

Até que ponto há uma relação de parentesco entre vítimas e agressores? E de coabitação? Os resultados já analisados dão indicações nesse sentido, mas vejamo-lo mais de perto.

Gráfico 10 – Relação de parentesco com a vítima



Fonte: *Violência Contra as Mulheres, IML Coimbra-Porto, SociNova.-UNL/CIDM, 2002.*

Os maridos destacam-se claramente de todos os outros autores, com valores que no caso do IML de Coimbra ultrapassa os 50%. Se a estes se juntarem, os companheiros, os familiares e os pais, vemos comprovada a hipótese de que é no espaço da casa-família, e através dos seus membros, que as mulheres correm mais riscos de serem alvo de actos de violência. Tanto mais que em mais de 50% dos casos os agressores vivem com as vítimas.

De facto, o peso dos desconhecidos e não familiares é significativamente mais baixo, ainda que no caso dos primeiros com uma particular incidência no IML de Coimbra.

De todos estes dados, destaca-se um tipo de relação que, apesar de não ser numericamente muito expressiva, levanta uma questão sociológica de natureza relacional importante. Trata-se dos agressores namorados, que no caso de Coimbra chega a atingir 12,2%. De facto, esta questão ganha uma particular relevância na medida em que em várias mulheres o percurso de vitimação começa logo no namoro. E, em alguns destes casos, apesar da gravidade das agressões, vários mecanismos psicológicos, sociais e culturais ajudam a prolongar a situação mesmo depois de casadas.

#### 4.2 Nível de instrução formal

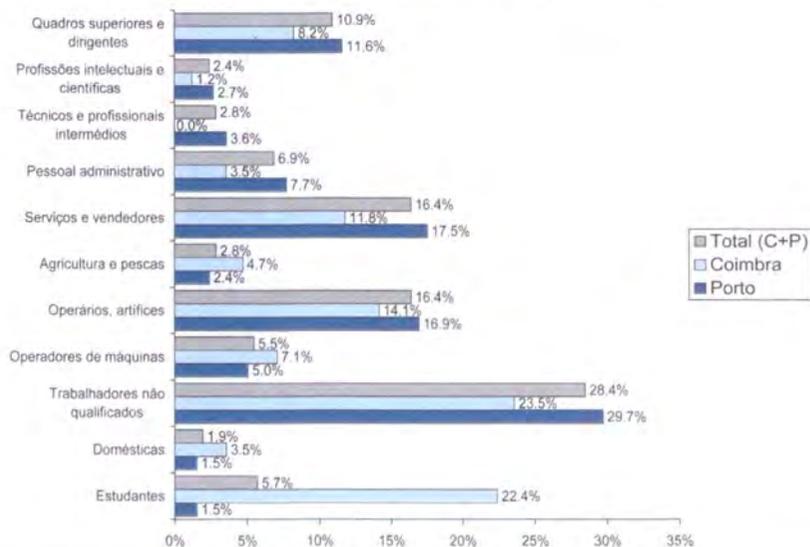
À semelhança das mulheres vítimas, o nível de instrução que prevalece nos agressores é o primário (64,6% em Coimbra e 74,1% no Porto), seguido do secundário (22,0% em Coimbra e 15,9% no Porto), do preparatório (12,6% em Coimbra e 7,1% no Porto) e, com valores mais modestos, do universitário (0,8% em Coimbra e 2,6% no Porto).

Comparando o perfil escolar da vítima e do agressor verifica-se uma relativa consonância, no sentido de haver uma manifesta maior probabilidade de as mulheres serem agredidas por autores com o mesmo nível de instrução formal.

#### 4.3 Actividade profissional

De um ponto de vista da actividade profissional, nos agressores continuam a prevalecer os trabalhadores não qualificados. Todavia, quando se comparam as suas actividades com as das vítimas, nota-se agora um maior peso dos quadros superiores e dirigentes e dos estudantes; estes mais em Coimbra.

Gráfico 11 – Actividade profissional do agressor



Fonte: *Violência Contra as Mulheres, IML Coimbra-Porto, SociNova.-UNL/CIDM, 2002.*

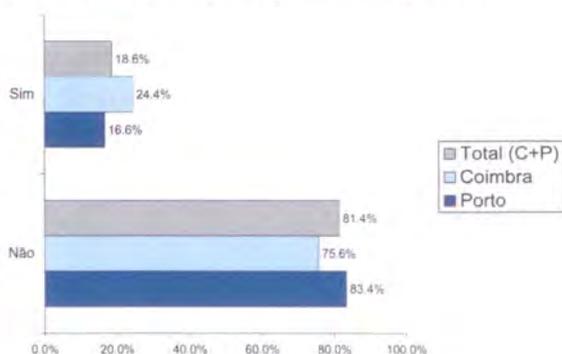
Cruzando o perfil profissional das vítimas e dos agressores nota-se uma relativa consonância social, à semelhança do que ocorria com a instrução. Todavia, agora os agressores têm em muitos casos actividades sociais mais prestigiadas do que as vítimas: é o caso dos quadros superiores e dirigentes em relação às vítimas operárias e administrativas, ou dos operários e artífices em relação às trabalhadoras não qualificadas. Ou seja, prefigura-se uma relação de poder que pode estar associada ao exercício da violência. Outros trabalhos de natureza mais qualitativa poderão ajudar a esclarecer esta questão.

#### 4.4 Normalidade e disfunção no agressor

Com a abordagem destas dimensões não se pretende utilizar os conceitos de normal e disfuncional numa perspectiva socio-

lógica ou psicológica, mas somente procurar conhecer a representação que a vítima tem do agressor.

Gráfico 12 – Disfunções percebidas pela vítima



Fonte: *Violência Contra as Mulheres, IML Coimbra-Porto, SociNova.-UNL/CIDM, 2002.*

Os resultados mostram que, pelo menos ao nível da percepção das vítimas, a agressão ocorre num contexto maioritariamente sem disfunções do agressor (75,6% em Coimbra e 83,4% no Porto). E quando tal se verifica, as disfunções mais referidas são o alcoolismo (90,9% em Coimbra e 73,1% no Porto), a toxicodependência (2,3% em Coimbra e 10,3% no Porto) e as perturbações psicológicas (3,0% em Coimbra e 5,2% no Porto).

De algum modo, tal significa que mesmo as causas da violência mais grave praticada contra as mulheres não devem ser procuradas em factores excepcionais decorrentes da disfunção dos agressores, mas sim em contextos de normalidade social (no sentido de mais frequente), resultantes da interacção quotidiana entre pessoas que vivem em espaços económicos, políticos, sociais e culturais portadores de uma memória colectiva que as condiciona. Cabe ao sociólogo desfazer essa teia de relações ocultas e silenciosas, de modo a aceder aos elementos estruturadores das condutas dos agentes sociais envolvidos.

Julga-se que a síntese dos resultados aqui apresentados, em relação aos Institutos de Medicina Legal de Coimbra e Porto, dão já um contributo para a compreensão de alguns desses mecanismos e processos sociais. Todavia, só a complementaridade com outros estudos de âmbito macro (inquéritos de vitimação e de auto-revelação e análise de dados estatísticos) e micro (entrevistas em profundidade e estudos de caso) poderá permitir uma abordagem mais compreensiva do fenómeno, como temos o ensejo de realizar através de outras pesquisas que a equipa tem em curso.

#### BIBLIOGRAFIA CITADA

Gillioz, Lucienne, De Puy, Jacqueline & Ducret, Véronique (1997). *Domination et violence envers la femme dans le couple*. Lausanne: Ed. Payot.

Jodelet, Denise (Dir.) (1989). *Les Représentations Sociales*. Paris: Presses Universitaires de France.

Lourenço & Lisboa (1995). *Relatório Final sobre Violência Contra as Mulheres*. Lisboa: CIDM.

Lourenço, Nelson, Lisboa, Manuel & Pais, Elza (1977). *Violência contra as mulheres*. Lisboa: CIDM.

*Resultados Preliminares Sobre os Custos Sociais da Violência Contra as Mulheres (2002/2003)*. Inquérito Nacional com a coordenação de (Lisboa, Carmo, Vicente & Nóvoa), Universidade Nova de Lisboa - SociNova/CIDM.



Portugal em Acção